



A RESPONSABILIDADE SOCIAL DOS GEÓGRAFOS*

Milton Santos¹

É a geografia tradicional desinteressada pela sociedade e pelos problemas sociais? É a geografia descritiva uma forma de não tomar partido diante dos problemas da sociedade e um artifício para a defesa do “status quo”? É o “formismo” ou geografismo uma escamoteação da realidade? A geografia da população, na sua forma consagrada, serve como um “biombo” para evitar de discutir o problema das classes sociais? De que forma a geografia tradicional se interessa ou não pelos problemas do futuro? Constitui o espaço humano uma instância da sociedade? Como atingir uma geografia mais comprometida com a problemática social?

A GEOGRAFIA TRADICIONAL É REACIONÁRIA

É a geografia tradicional desinteressada pela sociedade e pelos problemas sociais? Essa pergunta supõe uma outra, isto é, – o que é geografia tradicional?

A geografia tradicional é, a meu ver, o procedimento quase comum, quase geral, entre os geógrafos. A maior parte da geografia que se ensina e se aprende, que se escreve e que se difunde, é a geografia tradicional. Os esforços para torná-la não tradicional são limitados e seus efeitos são ainda a medir. A geografia tradicional é a geografia que não evolui.

Ora, as ciências evoluem porque os fatos evoluem, fazem-se outros. Quando os fatos se fazem outros e a ciência continua trabalhando como se os fatos já não fossem diferentes, ela já não mais traduz os fatos e se torna tradicional, pela perda do seu objeto.

Se, como George Balandier escreveu em relação à sociologia – “... para cada ciência há dois tipos de homens”... os organizadores do futuro e os gestionários do passado, os que buscam reconhecer o presente para vislumbrar o porvir e os turiferários do pretérito, a maior parte dos geógrafos oficiais, esses que formam o “establishment”, pertenceria à segunda categoria. A geografia oficial ou tradicional seria, para usar o termo da moda, uma ciência reacionária. Uma ciência que não leva em conta as mudanças de valor dos fatos de que trata e é incapaz de se interessar pela sociedade que gera esses fatos. E por isso fica sempre em atraso. Assim, ela é incapaz de interpretar o dinamismo social e pensando a sociedade em moldes antigos, é o mesmo que se estivesse desinteressada dos problemas sociais.

OS EQUÍVOCOS DA GEOGRAFIA REGIONAL

Um exemplo: a geografia regional clássica – e parece que jamais se fez outra – é uma mostra desse desinteresse pelo social e de incapacidade de atingir uma verdadeira interpretação da sociedade. É verdade que não se fala mais em gênero de vida – conceito que foi criticado tanto por Sorre como por Pierre George mas a geografia regional é resistente. Ela continua como uma disciplina fundamental de nossos currículos, como um instrumento de pensamento de trabalho e de ação do geógrafo e do planejador, quando a idéia de região não conseguiu evoluir para responder à realidade presente. A noção tradicional de região tem dois pecados fundamentais: o primeiro vem

do fato de que a região é concebida como uma fração do espaço ocupada por uma fração da sociedade, onde o que resulta deve sua existência à inter-relação entre essa fração da sociedade e esse pedaço de espaço. Essa forma de ver, tal qual pregada pelos regionalistas clássicos (e ainda hoje ensinada e escrita pelos novos tradicionalistas da geografia) é uma visão que escamoteia a realidade porque supõe que aquela fração da sociedade dispõe da autonomia e que, desse modo, sua ação sobre um pedaço do espaço é o resultado da vontade dessa sociedade local. Na realidade, o que uma fração de sociedade localizada realiza, num pedaço de espaço determinado, tem sua explicação num universo muito mais amplo que deveria pelo menos confundir-se com o do país – se não quer “a priori” levar em consideração os influxos internacionais.

DESCRIÇÃO PURA, IDEOGRAFIA, DEFESA DO “STATUS QUO”

É a geografia descritiva uma forma de não tomar partido diante dos problemas da sociedade e um artifício para a defesa do “status quo”? Pergunta que pode ser respondida em conjunto com a terceira, ou seja, se o formismo ou geografismo é uma escamoteação da realidade social.

O que é a geografia descritiva? Ela também é chamada geografia ideográfica. Por que? A idéia, isto é, a maneira como, em nossa mente, reelaboramos os objetos, os seres, o que está diante de nós, pode ganhar uma certa autonomia em relação à coisa verdadeira. Um filósofo escreveu que a idéia é mais ampla do que a Natureza. Quando a nossa concepção se congela, isto é, quando não mais reconhecemos que a coisa está mudando e guardamos o conceito que vem do passado, quando chegamos a uma região e queremos trabalhá-los com as idéias trazidas de uma outra, estamos correndo o risco de fazer uma geografia ideográfica. Essa expressão, de que já se havia utilizado, foi retomada por alguns geógrafos anglo-saxões que cunharam para ridicularizar os seus colegas de língua francesa, embora, como uma luva, a eles próprios se aplique. De fato, a geografia ideográfica não é um privilégio de escola, mas resulta do fato de que muitos geógrafos imaginam que as armas com que reconhecer uma realidade estão dentro deles, e não na própria realidade.

Entre geógrafos ideográficos os há de vários tipos. Poder-se-ia, mesmo esboçar uma classificação. Entre eles estão os famosos “geógrafos turistas” que os dos países subdesenvolvidos conhecemos tão bem.

Sem dúvida esses geógrafos turistas não são apenas estrangeiros, mas também nacionais atravancados de mapas, suando debaixo da aparelhagem pesada, contando os quilômetros que são capazes de andar, fabricantes de descrições exaustivas acompanhadas de comentários estatísticos, sem, todavia, indagarem a real natureza das coisas.

FUNCIONALISMO, FORMISMO E IMOBILISMO

Também a geografia descritiva compreende os chamados geógrafos funcionais e os geógrafos “formistas”, isto é, “geografistas”.

Os funcionais estão preocupados em encontrar funções em toda parte. Por exemplo, estando numa cidade, querem saber por que função se caracteriza e logo se contentam. O fato, porém, é que toda e qualquer cidade reúne um elenco, um verdadeiro conjunto, de funções. É muito raro, quase inexistente, aquela que possa ser chamada, de cidade

unifuncional. Nas condições do mundo atual isto não é mais possível. A difusão das idéias e do consumo através de todo o mundo, a multiplicidade de relações que caracteriza a economia atual, impede que se imagine uma cidade monofuncional – todas são multifuncionais. O que há em cada aglomeração é uma combinação particular de funções.

Mas, o que é uma função, senão um resultado? Contentar-nos com sua constatação não pode, por isso, levar muito longe.

Dentro dessa problemática que já se pode comparar a uma mania, há aquela outra de buscar regiões homogêneas. Do que se trata? De fato, não há nenhuma região que seja homogênea. E jamais existiu! O espaço é, por natureza, heterogêneo. Ele o é pelas diferenças entre os capitais que nele são investidos; pela diversidade no uso dos mesmos tipos nominais de capital; porque a população é heterogênea, nas suas possibilidades de toda ordem, inclusive econômicas.

A noção de região homogênea é uma noção que busca ofuscar. Todo espaço é diferenciado e uma característica fundamental do espaço é sua diferenciação, não importa qual seja sua extensão. Pois o espaço é como a sociedade, o resultado de um movimento que é desigual e combinado, uma combinação de desigualdades cuja capacidade de funcionar lhe vem exatamente dessa desigualdade.

O formismo, como o nome está indicando, manifesta-se pela preocupação extrema com a forma. Já houve um momento em que, num ataque de soberba infantil, o geógrafo se considerava um “homem que vê” e mesmo alguns diziam que a sua grande arma metodológica era o “olhômetro”, quer dizer, a capacidade de, face a uma paisagem, ver tudo. O geógrafo era ensinado não a ser melhor, mas a se considerar melhor que os outros especialistas. Esse complexo de superioridade era e é uma praga terrível entre as que mais atrasaram a nossa profissão, essa preocupação infundada de ser o chefe da bancada de música, que trabalha com “olhômetros” e com “faro”. A escola paisagística teve, desse modo, um impacto enorme dentro da geografia e, a paisagem, que é um momento congelado da sociedade, um corte em uma evolução que se está processando, aparece como o próprio objeto de estudo, reduzindo o trabalho do geógrafo ao estudo das formas que, na explicação de que quer que seja, não têm autonomia.

É dentro desse formismo que se deve discutir o problema das excursões geográficas. Esse problema tem sido debatido dentro das revistas modernas como Herodote, editada em Paris, e por grupos de geógrafos esclarecidos, como os do Instituto Pedagógico de Caracas. A excursão pode tornar-se um dos instrumentos mais perigosos do método geográfico porque pode cingir-se à explicação do que temos diante dos olhos, ou do que vemos durante um percurso. Aí aparece a necessidade de antepor a noção do fenômeno e sua escala e a noção do fenômeno e a escala da sua explicação. Raramente a escala da explicação é a escala do fenômeno e a excursão muitas vezes tende a simplificar o problema igualando ambas as escalas, o que proíbe reconhecer um pedaço de espaço como a localização de uma atividade social, cujos determinantes ou causas devem ser buscadas em diversos níveis, em uma multiplicidade de lugares, e raramente no próprio lugar. Como, por exemplo, explicar a produção de cana-de-açúcar no Nordeste seja nos séculos XVI, XVII, XVIII ou XIX, ou ainda no século XX? Sua explicação está fora da região da cana-de-açúcar e uma excursão geográfica cuja explicação não ultrapassa a escala dos fenômenos será pernicioso, porque, ao invés de informar, ela desorientará.

A CARÊNCIA TEÓRICA E O VEZO DO PEQUENO LUGAR

Dentro desse mesmo capítulo, um outro problema é o vezo do “lugarzinho”, preocupação de um certo número de geógrafos que dizem – Vamos estudar o que é pequeno, porque o mais pequeno e o mais fácil. De fato, o mais pequeno, isto é, o menor, é, na realidade, o mais difícil. Porque qualquer fato e tudo o que se encontra no espaço total se explicam pelo movimento global da sociedade total – o Estado-Nação, conjunto que se torna efetivo através de um elenco múltiplo de processos de várias ordens: social, econômica, política, cultural, ideológica. Tanto mais a gente desce na escala geográfica e tanto maior é a seletividade e a expressividade das variáveis combinadas e assim o trabalho de achar a explicação é maior. Pois, cada lugar é o resultado da localização seletiva de uma combinação de fatores cuja explicação está num universo mais amplo, ou seja, no próprio Universo, intermediado pelo Estado-Nação. O “lugarzinho” não é pois o mais fácil, é o mais difícil.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que há essa predileção pelo pequeno lugar, o pequeno bairro, a pequena favela, há uma retração quanto ao estudo de conjuntos. Há quantos anos não mais se fizeram estudos de uma cidade como um todo? Isso, aliás deve ser posto em paralelo com a despreocupação pela teoria.

A grande maioria das Faculdades ainda incluiu em seu currículo uma disciplina chamada “Teoria do Espaço”, ou “Teoria do Espaço Geográfico”, como se o espaço não merecesse um tratamento teórico. Em certos Departamentos ou Institutos, o tema é dado sob outros rótulos, tais como “Introdução à Ciência Geográfica”, “Teoria do Desenvolvimento Urbano ou Espacial”, mas ainda há uma grande timidez quanto a se confessar aberto a essa preocupação teórica que, todavia, é fundamental. Estará isso ligado ao fato de que toda teoria é revolucionária? Na verdade, a teoria que não é revolucionária, não é teoria simplesmente. Por que? Toda teoria pretende e deve alcançar a compreensão das relações atuais entre componentes de uma sociedade, que deixem descobrir a um só tempo, a situação e a tendência, isto é o futuro. Como não se compreende o atual com dados já passados, cada formulação teórica derruba a precedente e aponta melhor para aquilo que nunca houve, isto é, o futuro. Mas, como pedir aos defensores do “status quo” que pensem no futuro e lutem pela atualização da teoria?

Ora, toda a disciplina que descuida de reelaborar o seu acervo teórico, ou que trabalha sem teoria ou com velhos preceitos, luta para manter o “status quo”, trabalha para prolongar o passado e para evitar que o futuro chegue. A geografia matemática, quantitativa ou teórica, não é fato isolado, mas é um bom exemplo desse equívoco. Ela parte de supostos isomorfismos, para chegar a supostas isofuncionalidades, e encontrar derivações ou desvios ao que considera o “normal”.

Ora, a coisa é sempre uma síntese de determinações múltiplas que lhe dão um conteúdo, uma forma, uma função e um sentido próprios, a partir de processos que estão sempre mudando. Ora, a geografia quantitativa é formista exatamente porque é incapaz de ver o movimento. O que ela vê são os momentos de uma etapa, mas não as etapas. Ela suprime o tempo e suprimir o tempo é suprimir a vida. E a supressão da vida das coisas já não permite mais ver como são. Elas são vistas como se estivessem paradas.

Está longe de nós o propósito de embrulhar no mesmo saco todos os quantitativistas. Há alguns que desejam ser sérios. Por menos que se esteja de acordo com os objetivos do

seu labor, merecem o respeito que se deve ao trabalho acadêmico, feito com rigor. Mas há também os “cataventos”, aqueles que estão sempre à busca de toda e qualquer moda. E há, ainda, um terceiro tipo, o dos oportunistas, os carreiristas, os biônicos que dentro do país, se preocupam com o serviço do poder e fora dele se batem para agradar aos diversos “establishments”, a começar pelo da geografia tradicional. São exatamente, os geógrafos menores, menos produtivos e menos generosos os que castram a iniciativa dos colegas, negando os meios, sonogando os instrumentos de trabalho, monopolizando os recursos de pesquisa e difusão, criando um espírito de terror dentro da coletividade profissional.

Em todas as modalidades que estamos alinhando, o formismo e a geografia descritiva ajudam ou contribuem a escamotear a realidade social, não raro deliberadamente.

UMA CERTA GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO

A geografia da população, em sua forma consagrada, serve como biombo para evitar o problema das classes sociais? Essa bisonha geografia da população em sua forma clássica ou oficial trata da distribuição dos homens sobre a terra segundo nacionalidades, raças, idades, profissões, localizações. Mas isso não chega a ser geografia. Quase sempre se trata de comentário estatístico e dos mais ociosos, apresentando a população como um dado homogêneo ou ensinando-o segundo uma classificação não dinâmica. São explicações as mais simplistas e as mais tolas, uma repetição cansativa de números em quadros.

Ora, se os homens se distinguem pelo lugar que têm na produção, é isso que tem de ser ensinado no âmbito da geografia da população, como em qualquer outra subdivisão arbitrária. A produção leva à divisão do trabalho seja na fábrica ou no escritório, seja na sociedade em geral e a divisão do trabalho supõe aquilo que se chama de “cooperação”, que inclui, na realidade, a denominação de uma classe por outra e vai explicar, finalmente, porque tal estrutura etária viceja aqui e não lá; porque uma distribuição profissional está presente ali e não aqui; porque os homens vivem mais em certos lugares do que noutros e morrem mais num lugar do que nos outros.

Poderíamos, incidentalmente, sugerir alguns temas para o trabalho dessa chamada “geografia da população”. Um deles seria o problema do valor. Será que os lugares têm valores diferentes? Temos repetido, talvez, abusivamente, que “o homem não tem o mesmo valor segundo o lugar onde ele está”, isto é, o homem não vale a mesma coisa como produtor, ou como consumidor, ou como cidadão segundo o lugar onde se encontra. Ainda que as virtualidades e potencialidades sejam as mesmas, a capacidade de produzir e de consumir de cada homem varia em função do lugar onde está. Também a capacidade de ser cidadão é diferente e segundo o lugar, a quantidade de informação geral e de informação especializada e o acesso aos aparelhos de poder é menor ou maior. Será, então, possível construir uma teoria espacial do valor?

A GEOGRAFIA E O FUTURO

De que forma a geografia, isto é, a geografia tradicional ou oficial, trata dos problemas do futuro? Ou ainda melhor: de que forma ela os trata ou não os trata?

Aqui cabe distinguir entre a geografia aplicada, a futurologia e o próprio futuro como alternativa. São três postulações diferentes.

O que é a geografia aplicada?

Para a geografia aplicada o futuro é quase sempre aquele oferecido pelas classes dominantes. Essa geografia aplicada, assim definida, o que, até hoje tem feito é descobrir ou encobrir o que essas classes dominantes desejam que seja feito.

E a futurologia?

Esta é a “ciência” destinada a abortar o futuro. Trata-se do uso de um aparato conceitual sofisticado, para buscar estender o presente 50 anos além. A futurologia é a projeção do presente no futuro, mas isso não é o futuro, porque o passar do tempo faz com que se imponha uma mudança na qualidade das coisas. As variáveis, se nominalmente são as mesmas, realmente são outras. Ora, quando os futurologistas nos presenteiam com o presente de novo no futuro, estão nos orientando para o passado, repetindo 1979 no ano 2000.

Então, nem a geografia aplicada, nem a futurologia, nos servem e o que nos deve preocupar é o futuro como alternativa, e este supõe a construção de uma utopia, isto é, admitir o que jamais existiu e a busca da sua viabilização, isto é, a construção desse futuro alternativo, para que não seja nem uma futurologia nem uma geografia aplicada.

É certo que muitos homens de ciência ainda discutem se as ciências devem ou não se ocupar do futuro e os geógrafos são talvez um dos grupos mais renitentes nessa discussão. Há uma carrada de geógrafos que alegremente repetem que a geografia só deve se ocupar do presente. Não somos adivinhos, dizem eles, desdenhosamente; nosso trabalho é o presente que está aí. Só que o presente despojado da tendência é já o passado. Assim, a geografia se recusa a buscar um mundo melhor e a fazer da ciência um instrumento de felicidade para o homem.

Para serem válidos, o ensino e a pesquisa têm de ser feitos na ótica do futuro. E o da Geografia ainda mais, porque o espaço humano é, em nossos dias, a grande dimensão filosófica e política.

Como, porém operar metodologicamente para atingir esse futuro?

Toda a situação, qualquer que seja ela, é formada por três dados, que são: – a estrutura, a organização e a tendência. A estrutura se define como o jogo de proporções dentro de uma coisa, ela nos dá a maneira como os diferentes elementos que constituem a coisa entram em relação. Se a estrutura se move, e muda, é porque as relações e as proporções mudam. Dizemos proporções porque a mudança é, sempre e sempre, qualitativa e quantitativa ao mesmo tempo.

Mas, a estrutura é cada vez menos o objeto de uma evolução espontânea. Em sua forma atual, o capitalismo também se chama capitalismo de organização. É que o movimento da sociedade, da economia, do espaço, da moral, da cultura, são cada vez mais canalizados, burocratizados, isto é, “organizado” para certos objetivos. A organização aparece aí como fator de manutenção do “status quo”, um fator de controle, que impede a estrutura de exercer a sua evolução espontânea, buscando subordiná-la aos interesses de quem busca organizá-la, isto é, as classes dominantes. Por isso, quanto mais for possível impedir que também haja organizações fora das classes hegemônicas e tanto mais fácil para que a estrutura não se realize como processo mas que apenas se dê através dessa “camisa de força” que é a organização burocrática. Mas, a tendência ainda que reprimida pela organização, ainda assim também está presente. A Universidade,

participa, em muitos casos, das tarefas deferidas aos grandes corpos organizativos, como um instrumento para impedir que se conheçam a verdade e a realidade. É a sua grande função no século atual. Mas, a despeito dessa função, a Universidade é grande porque gera o veneno e o contra veneno pois ainda é o único lugar em que essas duas coisas podem, ao mesmo tempo, ser gestadas, quando os professores decidem pensar livremente e exprimir livremente o pensamento. Por isso mesmo o trabalho universitário é cada vez mais dominado por programas que buscam evitar a descoberta. Mas a despeito disso, a descoberta se faz, quando se reconhece o movimento social e a gente então, vê funcionando, de uma só vez, a estrutura, a organização e a tendência.

A tendência é, finalmente, o que nos leva ao futuro, indicado pelo sentido da história. E a História se fará a despeito dos que fora e dentro da Universidade, teimam em espocar o passado.

POR UMA GEOGRAFIA RENOVADA: UMA GEOGRAFIA MORAL

É evidente que a nossa pode parecer mais uma proposição da geografia moral, do que outra coisa. Mas é exatamente isso o que desejamos propor. Somente devemos acrescentar que a moral, separada da política, se esvai no palavrório, não passa de retórica ineficaz. A geografia tradicional se olvidou do futuro, acabou ela mesma ficando no passado, um passado que dura, imutável, enquanto o mundo já mudou muitas vezes. Essa geografia é inimiga do homem, desinteressada da sociedade, descomprometida com os problemas sociais: daí o seu desprestígio crescente, fazendo contrastar, de um lado, o desalento daqueles que, fora das torres de marfim, se deparam com as tarefas da vida social.

A geografia tradicional, isto é a geografia oficial, praticamente desprezou o serviço do homem. Nos países subdesenvolvidos, ela se colocou às ordens de uma planificação da economia e do espaço que acabou por aumentar a dependência externa e consagrar a pobreza como algo normal, um fruto indispensável do crescimento e, por isso um problema deixado para depois. Mas essa geografia tradicional, sobretudo na sua forma quantitativa, jamais se preocupou com os pobres, nem tampouco com a independência real da Nação. O que propomos é uma geografia preocupada com um espaço aberto a todos, isto é, um espaço que não seja um instrumento da exploração dos homens e que não os separe. Essa geografia nova se impõe no mundo de hoje. E em países como o Brasil ela deve estar em relação íntima com a manutenção da integridade nacional e a reconstrução do país, considerando o espaço como um dado concreto das relações internacionais e das relações internas.

Se atingirmos a compreensão da sociedade como um todo, do espaço como instância dentro da sociedade total e de como há uma relação entre espaço e sociedade, poderemos atingir, quem sabe, essa geografia mais comprometida.

Vale a pena lembrar que estamos numa época de crise, e de crise total, econômica, financeira, social, cultural, moral, uma crise que é também uma crise do espaço. O caso brasileiro é típico dessa crise do espaço que espelha a crise social. Ora, a geografia sempre se caracterizou por ter a sua trajetória cortada quando das grandes crises mundiais.

Foi a crise do imperialismo que fez nascer a geografia moderna. Nos inícios dessa época, Vidal de La Blache, orientado, em princípio a uma geografia aberta, teve depois

de modificar sua orientação, ao mesmo tempo em que as portas da Sorbonne se fechavam a um geógrafo como Elisèe Reclus, em virtude de suas idéias de progresso social. Isso ajudou a que se constituísse a geografia oficial, aliada fiel do capitalismo, do imperialismo, do racismo, tal como foi concebida nos fins do século XIX e tal como dura até hoje. E também uma geografia regional desconhecadora da importância da ação do Estado, despreocupada das classes sociais.

Após a Segunda Guerra Mundial, os geógrafos que se antepuseram à vaga quantitativista, o fizeram com grande timidez. Estavam de tal forma comprometidos com o passado que a sua reação tinha algo de embolorado. Mantendo as velhas posições, acabaram por ajudar a geografia quantitativa a se afirmar. É, por exemplo, a posição de Le Lannou quando fala de “homem habitante”. Trata-se de um conceito desprovido de qualquer conteúdo explicativo. É o exemplo de Gourou com sua geografia cultural, que busca substituir a noção de modo de produção, como responsável pelas técnicas utilizadas e tenta explicar a geografia dos países pobres dando à cultura o papel de criadora das técnicas, para suprimir o raciocínio econômico e histórico. Seu ponto de partida é, além do mais, etnocêntrico: como há culturas superiores e culturas inferiores, como há povos abertos ao modernismo e outros que não o são, há povos que são menos iguais e que jamais serão capazes de fazer as mesmas coisas. Esse raciocínio leva a admitir que não é o modo de produção, a dominação de um país pelo outro, a dominação de uma classe por outra, mas a cultura que finalmente é responsável pelas diferenças, inclusive no espaço.

Essa posição imobilista, que repetia com algum maquilamento as formulações oficiais desde o fim do século passado, acabou abrindo caminho para essa “new geography”, que através de perversão dos modelos e das análises de sistemas, e por seio do falseamento de teorias como a dos lugares centrais ou a dos pólos de desenvolvimento, se colocou contra o homem e ao serviço das coisas.

Contra a Humanidade e contra os que buscavam defendê-la, os defensores de uma geografia alienante não hesitaram diante de nenhuma indignidade. Jane Jacobs, que previu a crise das cidades americanas, teve de deixar o seu país para poder viver e trabalhar. Um outro, preocupado pelas qualidades inatas do homem, sofrido pelas tricas e intrigas de que as Universidades infelizmente estão cheias quase perde a razão. William Bunge, o primeiro dos filósofos-geógrafos desde o após guerra, dirige táxis na cidade de Toronto, porque nenhuma Universidade lhe oferece um lugar para trabalhar.

Ele pensou que era lícito defender uma nova aurora para as crianças dos bairros pobres, os homens dos guetos, os pobres de toda cor, uns sobretudo, os negros. Foi abatido pelos seus próprios colegas.

Em cada uma dessas crises houve um embate, que não se estancou no domínio das idéias, mas envolveu as pessoas e terminou por excluir algumas delas da possibilidade de continuar trabalhando.

Quando estamos diante de uma nova e grande crise, devemos estar vigilantes, para que a oportunidade de fazer uma geografia moral não nos escape.

Então, é tempo de sopitar os egoísmos, de destronar o carreirismo, de matar na fonte o oportunismo, de separar os que miudamente pensam neles próprios, dos que prezam a Universidade e seus valores, a sociedade e os seus reclamos.

Temos, diante de nós, uma escolha que se impõe de forma clara. Temos que escolher entre uma geografia moral e uma geografia integrista, contra os pobres, contra o homem, contra o futuro, uma geografia genocida, abortiva e suicida. Também não queremos o pensar numa só direção, pois condenar ao silêncio os que pensam de outras forma não é digno da convivência universitária e a Universidade é o próprio lugar de confrontação.

ATAR AS MÃOS DOS QUE SE OPÕEM AO PORVIR

Fiquemos atentos. O mundo está de novo numa encruzilhada, mas certos universitários poderosos não mudaram e desconhecem a História. Esses maus cidadãos e maus universitários que, entretanto, decidem sobre os outros, já estão com a faca entre os dentes, escolhendo que cabeças eles devem cortar: para que nem na Universidade, nem no mundo, o futuro possa nascer.

Devemos, todos juntos, deter as suas mãos antes que eles matem o porvir.

* **Nota do autor:** Este artigo reproduz a conferência que com o mesmo título, o autor pronunciou nas Universidades de São Paulo, Federal de Goiás, a convite dos estudantes, na Universidade Católica do Rio de Janeiro, a convite também da A.G.B. local e nas Universidades Federal da Bahia a convite da AGB local e no Departamento de Geografia da UF de Pernambuco durante o ano de 1978.

¹ Autor de uma vasta e influente obra amplamente difundida nos planos nacional e internacional, principalmente nos campos das ciências humanas e sociais, Milton Santos (Brotas de Macaúbas - BA, 3 de maio de 1926 – São Paulo - SP, 24 de junho de 2001) dispensa maiores apresentações. O texto ora reeditado foi originalmente publicado no ano de 1979 no primeiro número da simbólica revista *Território Livre*, da União Paulista dos Estudantes de Geografia (Upege) e, assim como o referido periódico – que só teve dois números publicados –, pode ser considerado uma expressão das vozes que ecoaram no ano de 1978 durante o III Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), realizado em Fortaleza – CE, por uma renovação, tanto no fazer geográfico no país, através da inserção de temas/pautas de interesse e métodos de investigação, quanto por uma Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) mais democrática, especialmente no que se refere a participação dos estudantes nas decisões dessa histórica e importante entidade.

Agradecimentos: A equipe editorial da Revista Contexto Geográfico é imensamente grata a professora e geógrafa Marie-Hélène Tiercelin dos Santos, viúva do Professor Milton Santos, pela autorização à transcrição e publicação do presente texto – muito acrescenta a nossa revista, bem como aos professores Dhiego Antonio de Medeiros (Universidade Estadual de Alagoas (Uneal/Campus V. E-mail: dhiego.medeiros@uneal.edu.br) e Antonio Alfredo Teles de Carvalho (Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alagoas (PPGG/Igdema/Ufal). E-mail: acarvalho@igdem.ufal.br), pela transcrição, revisão e notas, primando pela manutenção do texto no seu formato e ortografia originais.